

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.345 - RN (2020/0292260-2)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : GUANABARA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA
OUTRO NOME : TRANSPORTES GUANABARA LIMITADA
ADVOGADOS : ROGÉRIO VIEIRA DE MELO DA FONTE - PE014461
FRANCISCO ARTHUR DE SIQUEIRA MUNIZ - PE030190
FERNANDA CORREIA LIMA RODRIGUES DE MEDEIROS - RN012245
MARIANNA MOREIRA ALVES DE VASCONCELOS E OUTRO(S) - PE043539
MATHEUS CARVALHO SILVA - PE050788
AGRAVADO : MARIA DE LOURDES DE OLIVEIRA COSTA
ADVOGADO : MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA - PB004007

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por GUANABARA EMPRESA DE TRANSPORTE COLETIVO LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO NORTE, assim resumido:

CONSTITUCIONAL CONSUMIDOR CIVIL E PROCESSUAL CIVIL APELAÇÃO CÍVEL EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E ESTÉTICOS ACIDENTE ENVOLVENDO VEÍCULO DE TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA PRETENSÃO DE DEDUÇÃO DO VALOR EVENTUALMENTE RECEBIDO A TÍTULO DE DPVAT NÃO CONHECIMENTO DO RECURSO QUANTO A ESSE ASPECTO POR AUSÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL MATÉRIA JÁ APRECIADA PELO JUÍZO NO SENTIDO DE SER POSSÍVEL O ABATIMENTO EM A QUO FASE DE LIQUIDAÇÃO ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEIÇÃO OPORTUNIZAÇÃO DE PRODUÇÃO DE PROVAS PELO JULGADOR MONOCRÁTICO INÉRCIA DA APELANTE ALEGAÇÃO DE CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO ACOLHIMENTO PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PRIVADO PRESTADORA DE SERVIÇO PÚBLICO RESPONSABILIDADE ART CIVIL INTELIGÊNCIA DO ARTIGO § 6 CF E OBJETIVA 37 14 DO CDC AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE FATO IMPEDITIVO MODIFICATIVO OU EXTINTIVO DO

DIREITO DA APELADA DANO MORAL
CARACTERIZADO AUTORA QUE SOFREU LESÕES
GRAVES NO FÊMUR VIOLAÇÃO À INTEGRIDADE
FÍSICA INDENIZATÓRIO FIXADO COM QUANTUM
OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE
E PROPORCIONALIDADE SENTENÇA MANTIDA
RECURSO PARCIALMENTE CONHECIDO E
DESPROVIDO

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1022, II, do CPC, no que concerne à omissão quanto ao pedido de produção de prova pericial e testemunhal, trazendo os seguintes argumentos:

16. Especificamente no que se refere à apreciação das questões jurídicas suscitadas pela parte, fundamental se revela uma atuação do Órgão Jurisdicional, na medida em que uma postura omissa de sua parte pode, inclusive, bloquear o acesso das partes à via recursal especial, ante o requisito do pré-questionamento.

[...]

19. E foi justamente o que ocorreu no caso dos autos, uma vez que o TJRN, ao julgar a Apelação Cível, bem como os Embargos opostos, deixou de se pronunciar expressamente, rejeitando este Egrégio Tribunal sobre questões jurídicas fundamentais suscitadas pela RECORRENTE os Embargos opostos por ela por entender não ter havido omissão.

20. Em momento algum o TJRN enfrentou as consequências do julgamento antecipado, mesmo quando as partes RECORRENTE e ATÉ A RECORRIDA solicitaram a produção de prova pericial e de prova testemunhal.

21. Acontece, Ilustres Ministros, que equivocada foi a decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, ao negar qualquer pronunciamento acerca da questão acima mencionada, suscitada pela RECORRENTE e reiterada mediante a oposição de Embargos de Declaração, configurando autêntica negativa de prestação jurisdicional, em flagrante violação à norma contida no art. 1.022, II do CPC (fls. 238-239).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 464, § 1º, e 481 do CPC, no que concerne ao cerceamento de defesa em razão de o acórdão não ter recorrido sobre o motivo pelo qual seria dispensável a produção de prova, trazendo os seguintes argumentos:

35. Conforme já adiantado, o MM. juízo de primeiro grau decidiu a ação sem a devida instrução probatória, proferindo o julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 355, inciso I,

do CPC, o que fere o direito de defesa da RECORRENTE, nos termos do artigo 3º, do mesmo Diploma Legal, vez que a fase probatória para o caso era indispensável.

[...]

37. O cerceamento do direito à produção da prova constitui grave violação dos direitos processuais da parte e, ainda, menosprezo aos direitos que, ao mesmo tempo em que são protegidos pela ordem jurídica, estão no cerne da própria concepção do Estado Democrático de Direito.

38. Tão importante é a produção da prova para elucidar a verdade real, que o Direito confere ao próprio Juiz a possibilidade da realização da inspeção judicial, de ofício ou a requerimento da parte, em qualquer fase do processo, nos termos do art. 481 do CPC.

39. O acórdão não discorre sobre o porquê seria dispensável a produção da prova no caso concreto, especialmente considerando-se que não há outros elementos nos autos que fossem suficientes a esclarecer as questões controvertidas dos autos.

40. Especialmente porque, o cerne da controversa no caso concreto, trata-se da averiguação de quem e como deu causa à queda da RECORRIDA e, ainda, qual a exata extensão dos danos fruto deste incidente. Não se trata de questão resolúvel a partir de mera análise de alegações das partes e nem tampouco limitando-se à análise do direito invocado.

41. Ou seja, percebe-se que os fatos sobre os quais devem incidir a produção da prova pericial e testemunhal, permanecem controversos. Assim, na inexistência de provas, indubitável a ocorrência de cerceamento de defesa. (fls. 243).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 489, § 1º, IV, do CPC, no que concerne a vício quanto aos elementos fundamentais da sentença, em virtude da inexistência de fundamentação para reconhecer o nexo de causalidade imputado à conduta da recorrente, trazendo os seguintes argumentos:

46. O apelo apresentado ao Tribunal requereu o pronunciamento deste a quo sobre o fato de que não há nos autos nenhuma prova do suposto ilícito praticado pela , justamente porque a RECORRIDA foi a própria causadora do evento, tendo se RECORRENTE desequilibrado ao descer do ônibus que estava parado. Ao contrário, há um Boletim de Ocorrência registrado pelo condutor que descreve o evento, no qual se percebe a culpa exclusiva da RECORRIDA.

47. Todavia, o acórdão não se pronunciou sobre a manifesta insuficiência, limitando-se a dizer que o nexo de causalidade probatória para a prolação da sentença de primeiro grau seria evidente em razão da existência de documentos médicos que

atestariam os danos físicos da passageira.

[...]

49. Ou seja, não há, nem na sentença de primeiro grau recorrida, nem tampouco no acórdão ora refutado, fundamentação para que tenha havido o reconhecimento do nexo causal imputado à RECORRENTE, em total desatenção ao . art. 489 do CPC Configurada, portanto, mais uma violação ao direito da RECORRENTE.

50. Além da previsão do art. 489 do CPC quanto aos elementos fundamentais da sentença, vê-se que também é um direito e garantia que formam um dos pilares essenciais do Estado de Direito Democrático, previsto expressamente no art. 93, inciso IX, da Constituição, que exige que todas as decisões sejam fundamentadas, sob pena de nulidade.

51. Assim, ao olvidar a inexistência de controvérsia do fato apontado, configura-se omissão sobre , visto que não houve o enfrentamento questões essenciais ao deslinde da lide acerca da existência de requerimento de produção de prova por ambas as partes, e, ainda, acerca de ser indispensável a produção da prova para que fosse possível verificar o nexo de causalidade do dano alegado, violando, pois, .o art. 489, § 1º, do CPC (fls. 244-245).

Quanto à quarta controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação dos arts. 186 e 927 do CC, trazendo os seguintes argumentos:

Conforme restará demonstrado, o Tribunal malferiu os artigos 464, §1º; 481; e 489 do CPC; além dos artigos 186 e 927 do Código Civil (fl. 241).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, impende ressaltar que, nos limites estabelecidos pelo art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade ou eliminar contradição eventualmente existentes no julgado combatido, bem como a corrigir erro material. Nesse sentido, os seguintes arestos da Corte Especial: EDcl no AgInt no RE nos EDcl no AgInt no AREsp 475.819/SP, relator Ministro Humberto Martins, Corte Especial, DJe de 23/3/2018, e EDcl nos EDcl nos EDcl no AgInt nos EDcl nos EREsp 1491187/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Corte Especial, DJe de 23/3/2018.

No caso em exame, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Quanto ao aventado cerceamento de defesa, por suposto indeferimento do pedido de produção de provas, da análise dos

autos, verifico que foi oportunizado às partes especificarem as provas que desejavam produzir (ID nº2502141), tendo permanecido inerte a demandada. Dessa forma, não há que falar em cerceamento defesa, se foi a incúria da própria parte que deu causa à não produção da prova. (fl. 197)

Assim, a alegada afronta ao art. 1.022 do CPC não merece prosperar, porque o acórdão recorrido examinou devidamente a controvérsia dos autos, fundamentando suficientemente sua convicção, não havendo se falar em negativa de prestação jurisdicional porque inócorrentes quaisquer dos vícios previstos no referido dispositivo legal, não se prestando os declaratórios para o reexame da prestação jurisdicional ofertada satisfatoriamente pelo Tribunal *a quo*.

Confirmam-se, nesse sentido: AgInt no AREsp n. 1.652.952/MG, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.606.785/SC, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.674.179/SP, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 28/8/2020; AgInt no REsp n. 1.698.339/CE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no AREsp n. 1.631.705/MG, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 23/6/2020; e AgRg no REsp n. 1.867.692/SP, relator Ministro Jorge Mussi, DJe de 18/5/2020.

Quanto à segunda controvérsia, conforme o trecho do acórdão recorrido supratranscrito, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ ("A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial"), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: "No caso, o Tribunal estadual entendeu que as provas colacionadas aos autos seriam suficientes para permitir o julgamento antecipado da lide sem caracterizar cerceamento de defesa. Impossível sustentar o contrário sem reexaminar essas mesmas provas, o que veda a Súmula nº 7 do STJ. Precedentes." (AgInt no AREsp 1.600.056/PR, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe 16/11/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.679.153/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 1/9/2020; AgInt no REsp 1.846.908/RJ, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 31/8/2020; AgInt no AREsp 1.581.363/RN, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; e AgInt nos EDcl no REsp 1.848.786/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 3/8/2020.

Quanto à terceira controvérsia, incide o óbice da Súmula n.

211/STJ, uma vez que a questão não foi examinada pela Corte de origem, a despeito da oposição de embargos de declaração. Assim, ausente o requisito do prequestionamento.

Nesse sentido: “Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo – Súmula n. 211 – STJ”. (AgRg nos EREsp 1138634/RS, relator Ministro Aldir Passarinho Júnior, Corte Especial, DJe de 19/10/2010.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgRg nos EREsp n. 554.089/MG, relator Ministro Humberto Gomes de Barros, Corte Especial, DJ de 29/8/2005; AgInt no AREsp n. 1.264.021/SP, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; REsp n. 1.771.637/PR, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 4/2/2019; e AgRg no AREsp 1.647.409/SC, relator Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 1º/7/2020.

Quanto à quarta controvérsia, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente não demonstrou, de forma direta, clara e particularizada, como o acórdão recorrido violou cada um dos dispositivos de lei federal apontados, o que atrai, por conseguinte, a aplicação do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: “A jurisprudência desta Corte considera que quando a arguição de ofensa ao dispositivo de lei federal é genérica, sem demonstração efetiva da contrariedade, aplica-se, por analogia, o entendimento da Súmula n. 284, do Supremo Tribunal Federal. Em relação à afronta aos arts. 13 da Lei n. 10.559/2002 e 943 do Código Civil, verifica-se a ausência de demonstração precisa de como tal violação teria ocorrido, limitando-se a parte recorrente em apontá-la de forma vaga, o que impede o conhecimento do recurso especial”. (AgInt no REsp n. 1.496.338/RS, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 27/8/2020.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.826.355/RN, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 4/8/2020; AgInt no AREsp n. 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp n. 1.617.627/RJ, AgInt no AREsp n. 1.617.627/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg no REsp n. 1.690.449/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 5/12/2019; AgRg no AREsp n. 1.562.482/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 28/11/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente